4

A Educação Infantil em um dos municípios da Baixada Fluminense – entrando em campo

> ... no caminho me deparei com lugares conhecidos, depois novos, desconhecidos, ou outros que só conseguia lembrar-me inexatamente, a cidade tornou-se em minhas mãos um livro, no qual eu lançava ainda rapidamente alguns olhares, antes que ele me desaparecesse dos olhos no baú do depósito por quem sabe quanto tempo.
>
> Benjamin, 1995, p.56

Com a descentralização administrativa, estados e municípios passaram a ter autonomia para organizar seus sistemas de ensino adequados às sua realidades. Nessa perspectiva, a municipalização da Educação Infantil abre um leque de possibilidades na proposta de universalização do atendimento a essa etapa. O objetivo desse capítulo é analisar a situação da Educação Infantil em um dos municípios da Baixada Fluminense com base no contexto e na história das políticas direcionadas a essa etapa, apresentados nos capítulos anteriores.

Considerando a realidade brasileira, Corsino e Nunes (2010) destacam as disparidades que caracterizam o panorama municipal, pois são desiguais as condições sociais e econômicas dos municípios brasileiros. Tal disparidade se coloca no tipo de oferta de ensino - creche, pré-escola, fundamental e médio, no número de matrículas, na categoria administrativa dos estabelecimentos e, também, na qualidade da oferta – formação docente, equipamentos físicos e pedagógicos (p.05).

Nesse estudo pretendemos conhecer como o município de Belo Rio vem organizando seu atendimento a Educação Infantil frente ao desafio de cumprimento das metas do PNE/2001, tendo como pressupostos as diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e as referências e parâmetros oferecidos pelo MEC. Além disso, contribuir para as políticas municipais, tendo em vista que são ainda escassos os estudos centrados na análise da Educação Infantil no âmbito das municipalidades, das experiências que estão sendo desenvolvidas pelos poderes municipais, principalmente daqueles que reúnem múltiplas estratégias implantadas e seus impactos, decorrentes da transição de um atendimento assistencial para um atendimento educacional (Corsino e Nunes, 2010, p.06).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

A Baixada Fluminense representa um importante campo empírico tendo em vista que, segundo os dados da PNAD (2007), em todo o país, 70% das crianças na faixa etária de 4-5 anos frequentam a pré-escola, percentual que ultrapassa a meta prevista pelo PNE (cobertura de 60% das crianças de 4 a 6 anos, em 2006). Contudo, na Baixada Fluminense essa realidade não se concretiza. Ao calcularmos o percentual de pessoas Residentes de 0 a 6 anos (DATASUS 2009) e o número crianças atendidas nas redes públicas municipais de Educação Infantil (tabela 2), os resultados indicam que, na maioria desses municípios a cobertura não atinge o percentual de 50%, sendo o município de Guapimirim o que apresenta o maior percentual 46,6% de cobertura e o município de Belford Roxo aquele que apresenta o pior percentual, 7,3%.

E, em relação às crianças de 0 a 3 anos, essa situação é ainda mais complexa quando o maior percentual de atendimento é também no município de Guapimirim 27,8%, e Belford Roxo é também o município que apresenta o pior índice, 2,6%. Esse percentual, no entanto, está diretamente relacionado ao número de crianças residentes nos municípios: Guapimirim é o município que apresenta o menor número de pessoas residentes (5.910) e Belford Roxo um dos maiores (62.096).

O panorama geral do atendimento fica assim definido: de um total de 448, 082 crianças de 0 a 6 anos residentes na Baixada Fluminense, apenas 9,2% desse total são atendidas na rede pública de Educação Infantil.

Conforme explicitado no capítulo 2, para o conhecimento da realidade do município ora estudado, bem como de toda a Baixada Fluminense, selecionamos como fontes de informação: aplicação de questionário e realização de entrevistas, bem como dados estatísticos de fontes como IBGE e INEP. E os dados colhidos estão agora organizados a partir da perspectiva de coleção (Benjamin, 1994) e das proposições de Bakhtin (1988a, 1992) sobre a importância do contexto na produção dos enunciados.

O questionário foi respondido pela equipe responsável pela implementação da política de Educação Infantil no município que, posteriormente, foi também entrevistada em dois momentos. Da equipe, que é composta por um grupo de sete pessoas, cinco profissionais foram entrevistadas sendo uma Coordenadora e quatro assessoras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

A realização das entrevistas a partir de uma perspectiva bakhtiniana possibilitou o cuidado de, no exercício de uma escuta sensível captar as ambiguidades, ambivalências ou contradições procurando explicitar as condições de produção dos discursos, bem como identificar quem fala, as relações de poder envolvidas nessa fala, tendo em vista que nesse contexto, são analisados processos e relações mais do que objetos ou fatos.

De posse dos dados, com vistas a conhecer e compreender a organização do atendimento a Educação Infantil no município, passo nesse momento a assumir o lugar do narrador, buscando não deixar escapar nenhum detalhe, trazendo as sutilezas e levando em conta que metade da arte narrativa está em evitar explicações sendo o leitor livre para interpretar essa história (Benjamin, 1987a, p. 203).

No primeiro item, apresento como está organizada a Educação Infantil no Município, considerando o pressuposto de que *entender a educação de um município, nos seus diferentes níveis e dependências administrativas, enquanto sistema educacional significa buscar uma unidade na diversidade, integrar as partes num todo assegurando um conjunto operante e coerente, mas que também preserve as especificidades das partes* (Corsino e Nunes, 2001, p.86).

Em seguida são apresentados, os procedimentos de matrícula, as diferentes modalidades de atendimento à pré-escola, a concepção de criança, infância e Educação Infantil, a seleção de profissionais, o perfil da equipe e para finalizar é desenhada a política municipal de Educação Infantil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

4.1.

"Então, a gente cresceu tanto que se espantou quando viu o número": a organização e funcionamento da Educação Infantil no município

> Desde o primeiro governo, nosso primeiro prefeito teve essa preocupação com as crianças.
>
> Entrevistada V. Entrevista B, 2010

Com a emancipação do município, ocorrida em 1993, deu-se início a implantação de três creches públicas municipais ligadas inicialmente à assistência social que atendiam às crianças de 0 a 6 anos. Acompanhando o quadro político nacional, posteriormente, as creches passaram a ser geridas pela educação (Guimarães, 2008).

> *Desde o primeiro governo, nosso primeiro prefeito teve essa preocupação com as crianças. Não com a questão do educar e cuidar, era com a questão do assistencialismo, mas sempre teve esse atendimento*.
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

O assistencialismo foi uma característica marcante na história da educação das crianças pequenas. As políticas adotadas estimularam a presença de soluções paliativas e/ou alternativas: das iniciativas médico-higienistas do início do século XX, passando pela LBA e órgãos internacionais, como a UNICEF, chegando aos movimentos sociais e comunitários dos anos 1970/80 (Guimarães, 2008).

Com a passagem das creches para o sistema educacional, a Educação Infantil bem como todas as etapas da Educação Básica, de acordo com o Art. 23 da LDB 9394/96, poderá ser organizada em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomenda.

Atualmente, a rede municipal pesquisada conta com um universo de dez creches municipais e três casas da criança municipalizadas perfazendo um total de 13 instituições de Educação Infantil. O aumento do quantitativo de creches ocorreu devido à parceria com o governo estadual através do programa "Nova Baixada" que consolidou na construção de sete prédios para o atendimento à creche e pré-escola (Guimarães, 2008).

> *Éramos três. Tem mais 10. Agora somos 13. É, que nesse ano, teve uma coisa, municipalizaram 03 creches do Estado. Então temos, de 03 municipais que existiam já são nove municipais*.
>
> (Entrevistada I. Entrevista A, 2009)

Além dessas instituições, com vistas à expansão do atendimento, o município tem ainda 19 turmas de Educação Infantil implantadas em escolas do Ensino Fundamental.

E no cumprimento de sua responsabilidade administrativa, Belo Rio atende às duas primeiras etapas da Educação Básica - Educação Infantil e Ensino Fundamental – assim organizadas:

1- Ensino Fundamental organizado somente em anos de escolaridade:
anos iniciais - 1º ao 5º ano de escolaridade e anos finais – 6º ao 9º ano de escolaridade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

2- Educação Infantil em creches e pré-escolas.

Em consonância com o Art. 30 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB), até o ano 2005 a Educação Infantil no município era oferecida em creches e pré-escolas às crianças de até seis anos de idade. Essa configuração etária se alterou a partir de 2006 devido à aprovação da lei nº. 11.274/2006 na qual foi estabelecido no cenário nacional o Ensino Fundamental de nove anos. A partir daí, no município, passaram a serem atendidas na Educação Infantil as crianças de 0 a 5 anos de idade. Ficando estabelecido que **aquelas que completassem seis anos até o último dia do mês de março (30/03) passariam a integrar o Ensino Fundamental, no primeiro ano de escolaridade.**

De acordo com as entrevistadas, nos espaços de Educação Infantil do município as crianças são organizadas em grupos por faixa etária denomindaos agrupadas que são assim distribuídas:

Tabela 7 – Organização das agrupadas por faixa etária no município de Belo Rio

Faixa Etária	Agrupadas
De 06 meses a 01 ano	I
1 a 2 anos	II
2 a 3 anos	III
3 a 4 anos	IV
4 a 5 anos	V

Fonte: MicroDados. Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 1999/2009.

Esse tipo de organização indica que, apesar de se chamar agrupada, o que está sendo priorizado nesse modelo é a formação de grupos homogêneos, com faixas etárias definidas, ao contrário do que sugere a denominação, um agrupamento que reúna várias idades abrindo a possibilidade de interação entre as mesmas.

Considerando o nosso objeto de estudo e a organização das faixas etárias nas agrupadas, passaremos a considerar as agrupadas IV e V como o espaço de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

atendimento às crianças de 4 e 5 anos que, segundo designado no Art. 29 da LDB 9394/96, são atendidas na pré-escola.

A faixa etária, na verdade, é um dos fatores que vão delinear os parâmetros de atendimento na Educação Infantil municipal, dentre esses parâmetros podemos destacar **o tempo de permanência das crianças nas instituições**.

Segundo informado no questionário, as agrupadas I, II e III (que atendem às crianças de seis meses a três anos de idade), são atendidas em período integral (8 horas diárias) e acontecem prioritariamente em instituições denominadas "creches". Já as agrupadas IV e V (de quatro a cinco anos e onze meses) são atendidas em horário parcial (4 horas diárias) e funcionam em três diferentes instituições: nas creches, escolas de Ensino Fundamental e Casas da Criança.

A redução da carga horária para as agrupadas IV e V é uma organização recente e decorre do aumento da demanda e a necessidade de ampliar a oferta.

> *No início as crianças eram atendidas nas creches, em turmas de horário integral. Nós tínhamos dez creches municipais, algumas construídas especialmente para serem creches, outras eram casas alugadas e adaptadas para o atendimento as crianças da Educação Infantil. As crianças de 4 e 5 anos só eram atendidas nesses espaços. A pré-escola ficava junto com as crianças da creche*.
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

Contudo, até 2010 havia uma exceção em relação ao tempo de permanência das agrupadas IV e V quando estas funcionavam nos espaços das creches. Mas, face ao aumento de demanda:

> *A primeira coisa que a gente, a equipe de Educação Infantil, já tinha pensado e nós começamos a fazer esse ano é reduzir o horário das crianças de 4 e 5 anos que estão dentro das creches. Porque invés de eles ficarem em horário integral, eles ficam em horário parcial, então ficam agrupados na parte da manhã, agrupados na parte da tarde, e aí a gente libera mais uma turminha para a idade de creche*.
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

Nessa perspectiva, a transferência das agrupadas IV e V para os espaços das escolas de Ensino Fundamental tem sido compreendida como a estratégia possível frente a necessidade de ampliar também o atendimento às crianças de 0 a 3 anos.

> *Depois de 01 ano completo até dois anos até 30 de abril, dentro da norma, é a agrupada dois. Ela vai aumentar para o ano que vem, porque algumas agrupadas quatro estão indo para as escolas para a gente atender mais essa faixa etária. Isso é um estudo que a gente está fazendo*.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

(Entrevistada I. Entrevista A. 2009)

Em suma, a re-organização do tempo de permanência das agrupadas IV e V nas creches e a transferência para as escolas de Ensino Fundamental foram estratégias que possibilitaram o aumento da oferta, que é uma realidade no município. Na Tabela 1, apresentada no Capítulo 1 podemos constatar que no período entre 2006 e 2009, o atendimento à creche na dependência municipal foi aumentando gradativamente e, chegando, em 2009, a um crescimento de 111,6 %.

Esse aumento no entanto não superou o da dependência privada, que apresentou elevação de 125%. E, considerando a realidade sócioeconômica do município (capítulo 1), esse panorama é um indicador de que o acesso para os mais pobres ainda é deficiente.

Por outro lado, nesse mesmo período (2006 - 2009) a pré-escola (denominação utilizada pelo INEP na tabela), na dependência municipal apresentou aumento de 147% enquanto que, na dependência privada esse percentual foi reduzido em 14,5%. Porém, ao refinarmos os dados, delimitando o período entre os anos 2008 e 2009 é possível constatar que, na dependência privada esse percentual apresentou um crescimento de 42%.

Sem dúvida, no quadro geral o aumento no atendimento à Educação Infantil na rede pública municipal sinaliza para o esforço que vem sendo empenhado pelo município tendo em vista o cumprimento das metas estabelecidas no PNE/2001.

No entanto, apesar do crescimento, não há motivos para comemorar se calcularmos o total de crianças zero a seis anos residentes no município - 62.096 crianças (DATASUS, 2009) - sendo 33.302 de 0 a 3 anos e 28.79 de quatro a seis anos, e o número de crianças atendidas em creches e pré-escolas municipais em 2009 teremos um percentual de, aproximadamente 4,8% de cobertura.

Cabe destacar, no entanto, que nesse total de 62.096 crianças residentes no município, a criança de 6 anos, que segundo as entrevistadas tem sua matrícula garantida no Ensino Fundamental, está incluída. Nesse sentido, 3.375 das crianças incluídas nesse quantitativo estão matriculadas no Ensino Fundamental no primeiro ano de escolaridade.

Levando em conta essa informação podemos refazer o percentual somando o total de matrículas em creches e pré-escolas públicas municipais em 2009 (3.970) e o total de matrículas do primeiro ano do Ensino

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Fundamental (3.375)[30], perfazendo assim, um total de 7.345 matrículas de 0 a 6 anos que vem a gerar um percentual de 11,8% de cobertura.

Contudo a urgência de ampliação do atendimento seja para atender a demanda seja para o cumprimento de diretrizes e pactos é um imperativo no município e acaba desencadeando uma série de ações emergenciais **como o conveniamento de instituições, a redução da carga horária e a implantação de turmas de Educação Infantil em escolas de Ensino Fundamental.**

No que se refere às instituições conveniadas, os dados do INEP não possibilitaram a identificação das instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais conveniadas com o município. Porém, conforme fora informado pelas entrevistadas, na ocasião das entrevistas o município estava em processo de conveniamento com trinta e quatro instituições.

> (...). *São 34 comunitárias. Todas têm creche. Só que assim, às vezes, não com o esquema de creche também, mas parcial*.
> (Entrevistada I. Entrevista A, 2009)

Historicamente, o atendimento às crianças de zero a seis anos no município foi organizado, sobretudo, através da iniciativa privada e filantrópica e também de instituições públicas estaduais criadas e mantidas por órgãos de assistência social.

O convênio é uma estratégia que vem se consolidando com intensidade na ampliação do atendimento à Educação Infantil no município. E o tipo de convênio vai ser definido a partir das necessidades das instituições, como veremos na fala das entrevistadas.

> *E o convênio é de materiais, cessão de professores, de espaço físico?*
> (Pesquisadora. Entrevista A, 2009)
>
> *... materiais, profissionais, professor, alimentação.*
> (Entrevistada I. Entrevista A, 2009)
>
> *E as matrículas das conveniadas estão lançados no Censo?*
> *(*Pesquisadora. Entrevista A, 2009)
>
> *Não, no censo não. Na pesquisa*.
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

A equipe anexou ao questionário o Decreto nº. 2630 de 10 de julho de 2009, publicado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). O documento

[30] Fonte: Micro Dados. Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 1999/2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

regulamenta e concretiza no município o pacto de conveniamento de instituições e estabelece normas e diretrizes para credenciamento de instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas. No Art. 2º do documento, o convênio é definido como:

> (...) forma de ajuste entre o poder público municipal e as instituições privadas de Educação Infantil, Comunitárias, Confessionais integrantes da Sociedade Civil Organizada, nas relações de complementariedade, cooperação e articulação dos serviços e de co-responsabilidade na operacionalização das Políticas Públicas Municipais de Educação Infantil.

A entrevistada I informou que, apesar de os convênios ainda não estarem consolidados, no quesito 10 do questionário estão informados dados relativos às matrículas na rede pública e na rede conveniada e, diferem daqueles informados no Censo Escolar, tendo em vista que, o lançamento de matrículas no Censo é feito no início do ano letivo e, como os convênios estavam sendo celebrados ainda naquele momento (outubro de 2009) essas foram informações privilegiadas da pesquisa.

Assim, considerando as informações do questionário, em 2009 o total de matrículas na Educação Infantil até o mês de outubro subiu para 4.623.

Confrontando esses dados com os registros do Censo Escolar/INEP no qual consta um total de 2.970 matrículas em creches e pré-escolas municipais vemos que o conveniamento amplia consideravelmente esse atendimento: 56%.

Tabela 8– Número de crianças matriculadas em 2009, na rede municipal por modalidade de ensino.

	Educação Infantil		Ensino Fundamental
Faixa etária	**Creche**	**Pré-escola**	**1º Ano**
Até 01 ano	**173**		
1 a 2 anos	**634**		
2 a 3 anos	**770**		
3 a 4 anos		**984**	
4 a 5 anos		**1153**	
5 a 6 anos		**909**	**3.375**

Fonte: Micro Dados. Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 1999/2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Em outro quesito do questionário (13), foi solicitado que o município informasse o número de estabelecimentos, turmas, alunos, docentes e auxiliares na Educação Infantil e sua distribuição em creches e pré-escolas.

Tabela 09 - Número de estabelecimentos, de turmas, de alunos, de docentes e de auxiliares na Educação Infantil e sua distribuição em creches e pré-escolas.

Instituições	Estabelecimentos	Turmas de Edu. Inf	Crianças na Edu. Inf	Docentes Na Edu. Inf	Auxiliares na Edu. Inf
Só creche	0	0	0	0	0
Só pré-escola	03	20	418	20	0
Creche e pré-escola	10	53	1432	106	106
Escolas de Ensino Fundamental com Turmas de Edu. Infantil	19	52	1281	52	19
TOTAL	**32**	**125**	**3131**	**178**	**125**

Fonte: Micro Dados. Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 1999/2009.

Nessa tabela, construída a partir das informações do quesito 13 do questionário, os dados referentes às instituições conveniadas não aparecem e o número de matrículas difere tanto daquele informado no Censo Escolar quanto daquele informado no quesito 10. Essa indefinição indica que é ainda confuso o panorama geral da Educação Infantil no município até esse momento.

Contudo, esse detalhamento dos dados revela que 46% das matrículas na rede municipal de ensino se concentram em instituições que atendem a creche e pré-escola e que o atendimento à pré-escola em escolas de Ensino Fundamental representa um percentual expressivo do atendimento - 41%.

Já em relação aos menores de um ano (Agrupada I), apesar de haver o reconhecimento da necessidade de investimento na infra-estrutura, a oferta é ainda precária.

> *De 06 meses a 01 ano é a agrupada I, mas nós não temos muitas. São duas creches que tem agrupada I. E, nem as conveniadas se adaptam ainda a essa faixa etária. Tem que ter*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

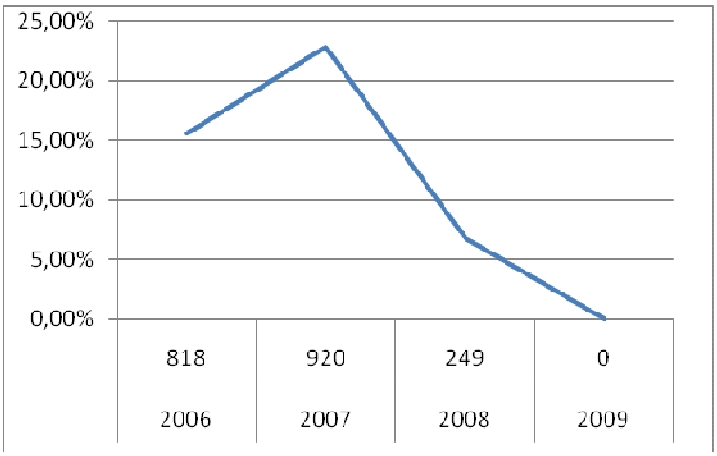
> *berço, tem que ter uma estrutura, mesmo sendo comunitária elas tem que ter.* (Entrevistada I. Entrevista A, 2009).

Como vimos até aqui, as metas do PNE/2001 de assegurar a ampliação da Educação Infantil atendendo a 30% das crianças de até 03 anos até 2006 e 50% em 2011 e, ainda à criança de 4 a 6 anos, 50% do atendimento até 2006 e 80% em 2011, não é uma realidade nos municípios da Baixada Fluminense bem como no município pesquisado.

Em Belo Rio, esse panorama pode ser delineado a partir dos dados do Censo Escolar (INEP) no recorte temporal definido para esse estudo (2006 e 2009) que foram organizados em tabelas construídas para essa dissertação como veremos a seguir.

- Na dependência estadual (Tabela 11), apesar de, constitucionalmente, ser responsabilidade do município, o atendimento a pré-escola, a partir de 2007 se apresentou em declínio. Esse serviço foi oferecido até 2009 quando foi extinto pela municipalização das instituições estaduais como veremos no item 4.1.2.

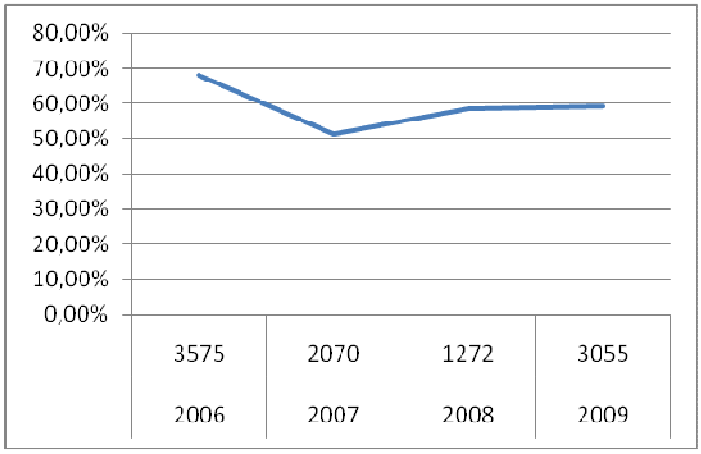
Tabela 10 – Matrículas de pré-escola na dependência estadual no período de 2006 a 2009



- Já na dependência privada, o panorama das matrículas na pré-escola foi de oscilação, no período de 2006 e 2007 houve um declínio enquanto que em 2008 e 2009, apresentaram crescimento, indicando que, apesar de estar em processo, a democratização do acesso às agrupadas IV e V na rede pública é um desafio a ser superado.

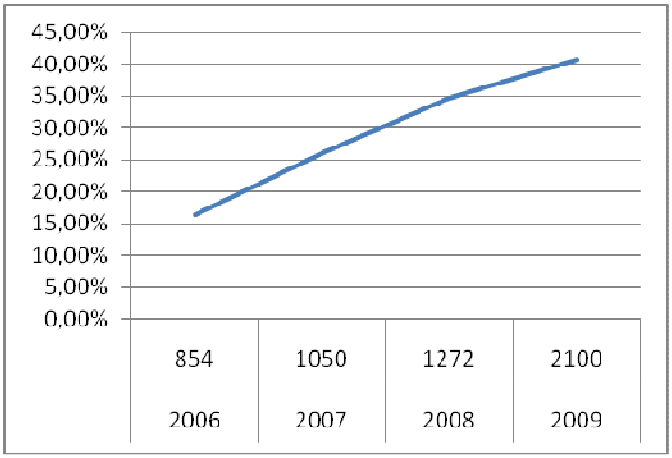
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Tabela 11- Matrículas de pré-escola na dependência privada no período de 2006 a 2009



- Já na dependência municipal, nos quatro anos abordados nesse estudo (2006 a 2009), houve uma ampliação gradativa na cobertura da Educação Infantil no município. Porém, ao refinarmos os dados e focarmos nas crianças de 4-5 anos, o aumento de 9,7% entre os anos 2006 e 2007 se justifica pela saída das crianças de seis anos para o Ensino Fundamental fator que possibilitou a abertura de vagas e que pode também justificar a redução do percentual de matrículas na rede estadual no período entre 2007 e 2008. Sendo assim, é possível concluir que foi apenas em 2009 que houve um real aumento do quantitativo de matrículas.

Tabela 12 – Matrículas de pré-escola na dependência municipal no período de 2006 a 2009



PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Quanto à gestão e organização das instituições de Educação Infantil no município, foi informado no questionário que, em cada uma das delas há uma equipe de profissionais composta por um Diretor, um Orientador Pedagógico e um Orientador Educacional que acompanham e orientam trabalho pedagógico no cotidiano.

E, considerando os dados da tabela 09, podemos verificar que nas 10 creches municipais, em 2009 havia um quantitativo de 212 adultos (professores e estimuladores) para 53 turmas, ou seja, cada turma contava com quatro profissionais. Sendo assim, em média, cada creche contava com um profissional para cada grupo de sete crianças.

Esse quantitativo cumpre a recomendação dos *Parâmetros Nacionais de Qualidade para as instituições de Educação Infantil (*2006, p.35) que propõem que a relação entre o número de crianças por agrupamento ou turma e o número de professores de Educação Infantil varie de acordo com a faixa etária, sendo um professor/a para cada 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos; um professor/a para cada 15 crianças de 3 anos; um professor/a para cada 20 crianças acima de 4 anos.

Cotejando com os dados informados podemos verificar que nas creches, comparando o número de matrículas com o número de turmas, a média de crianças atendidas por turma é de 27. Sendo esse um dado recorrente em relação às demais modalidades e, considerando as variações, seria plausível afirmar uma possível superlotação. Contudo, cabe ressaltar que o quesito do questionário destinado à média de crianças por turma não foi preenchido.

Porém, o conhecimento do limite de vagas por turma, informado no questionário e apresentado na tabela a seguir nos permite confrontar esses dados com os da tabela 09, que resulta na confirmação da superlotação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Tabela 13- Limite de vagas considerando a idade das crianças

Turmas de crianças	Limite de vagas
Até 01 ano	06
1 a 2 anos	12
2 a 3 anos	18
3 a 4 anos	28
4 a 5 anos	28
5 a 6 anos	25

Fonte: Micro Dados. Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 1999/2009

Desenhada a organização e funcionamento da Educação Infantil no município passaremos a seguir a um mergulho mais profundo nas estratégias adotadas pelo município no atendimento às crianças de 4 e 5 anos, porém, primeiro vamos conhecer os procedimentos para matrícula nessa dependência administrativa.

4.1.1.

"Esse 0800 está deixando a gente doida": a matrícula

> O controle que nós tivemos da demanda foi através do 0800. A partir do ano passado a matrícula foi através do 0800. Então, nós criamos a oportunidade de perceber realmente a demanda que nós temos, e também pela procura que a gente recebe aqui na Secretaria de Educação.
>
> Entrevistada V. Entrevista B, 2010

Segundo a Portaria de Matrícula do município para o ano letivo 2010, anexada ao questionário, a matrícula em todos os níveis de escolaridade oferecidos pelo município seria efetuada através de contato telefônico.

Conforme informado pelas entrevistadas, esse modelo de matrícula foi implantado pela primeira vez município em 2009 e na primeira entrevista estava ainda em fase de adaptação.

Na ocasião da primeira entrevista tivemos a oportunidade de presenciar as dificuldades enfrentadas na implantação desse novo modelo quando fomos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

interrompidas por um diretor que procurou a equipe para tirar dúvidas em relação ao novo procedimento.

> *- (...) com relação à agrupada da creche, a diretora me mandou a relação de alguns alunos para ir lá para a escola, mas o quê que a gente tem que fazer? Eu aceito ou ela tem que encaminhar isso para vocês?*
>
> (Diretor)

> *- Não, tem que encaminhar para cá. Mas aí você já sabe que essas vagas você tem que deixar pra ela, se você puder.*
>
> (Entrevistada III. Entrevista A, 2009)

> *- Primeiro porque não pode reservar vaga. Porque é 0800.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

> *- É isso que eu quero saber. Segunda-feira já começa.*
>
> (Diretor)

> *- Você já deixa essas vagazinhas reservadas pra ela na sua escola. Mas, só, que eles tem que passar pelo 0800 mesmo estando lá.*
>
> (Entrevistada I. Entrevista A, 2009)

A situação presenciada revela que a nova modalidade de matrícula ainda em fase de implantação abarca todas as etapas de Educação Básica atendidas pelo município e que, nessa cena, as dúvidas do diretor referem-se à agrupada IV e V que está sendo encaminhada da creche para a sua escola.

Analisando a situação, nos deparamos com um entrave: se as crianças já estão matriculadas numa creche municipal, ao passarem para as agrupadas IV e V precisam se matricular novamente? Se observarmos as diferentes respostas das entrevistadas, é possível constatar que essa é uma situação ainda não definida no grupo.

Após a saída do diretor, uma das entrevistadas preocupa-se em ressaltar as dificuldades enfrentadas pela equipe com o novo sistema de matrícula.

> *Esse 0800 está deixando a gente doida.*
>
> (Entrevistada III. Entrevista A, 2009*)*

Já na segunda entrevista, que ocorreu após o período de matrículas, o 0800 foi apontado pela entrevistada V como um instrumento diagnóstico da demanda. Segundo ela, desde quando o sistema foi implantado criou-se a *oportunidade de perceber realmente a demanda que nós temos .... Antes nós tínhamos uma noção, porque tínhamos um cadastro de espera* (Entrevista B, 2010).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Conforme informado, anterior ao call center, havia um cadastro que era feito diretamente na creche.

> (...) *nós percebemos que a gente não dava conta desse cadastro. O cadastro ia crescendo e as crianças mudando de faixa etária e não eram atendidas. Então, a ordem da antiga secretária foi acabar com esse cadastro de espera. O 0800 deu uma visibilidade maior para isso. Porque as pessoas que ficavam no call center, a pessoa responsável, ela conseguia mandar pra gente as áreas que tinham mais procura, qual era a idade, então a partir daí a gente percebeu a necessidade de tirar as crianças de 4 e 5 anos das creches, são creches mesmo com o horário integral, e estar promovendo e ampliando o atendimento das crianças de 4 e 5 anos.*
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

A partir desse relato, podemos afirmar que, o call center possibilitou o conhecimento da demanda e, assim, a concentração da procura na secretaria municipal de educação sensibilizou os gestores para a necessidade de ampliação da Educação Infantil no município.

4.1.2.

"Nesse ano teve uma coisa muito interessante: municipalizaram as 03 creches do Estado": As casas da criança

> As Casas da Criança só trabalham com a pré-escola, 04 e 05 anos, quer dizer, as agrupadas IV e V.
>
> Entrevistada II. Entrevista A, 2009.

Observando as tabelas apresentadas podemos constatar que até o ano 2008 são registradas no município, matrículas de pré-escola na dependência administrativa estadual, apesar de, desde 1996 está indicada na legislação a responsabilidade dos municípios por essa oferta.

As matrículas nessa dependência se concretizavam em instituições denominadas Casas da Criança que atendiam à crianças de 4 e 5 anos.

Foi a partir de 2008 que as matrículas na dependência estadual apresentaram uma diminuição de 16%, e em 2009 deixaram de existir. Na verdade, a transferência dessas instituições para a dependência municipal foi acontecendo gradativamente culminando com a municipalização das Casas da Criança.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

As Casas da Criança foram instituições criadas pelo governo estadual do Rio de Janeiro na gestão de Leonel Brizola (1983/1986) sendo Darcy Ribeiro o secretário de cultura/educação.

Afirmando a educação como prioridade máxima do governo, em 21 de dezembro de 1983 foi aprovada pela Assembléia Legislativa a Lei nº. 705 que instituiu o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (1984/1987) no qual foi apresentado um diagnóstico da situação educacional do Estado apontando a baixa oferta de classes pré-escolares na rede pública como um dos agentes dos elevados índices de evasão escolar e dos problemas da alfabetização pois a criança chegava despreparada na escola.

Segundo Cunha (1991), a criação das Casas da Criança que dariam assistência em aspectos de educação, saúde e nutrição às crianças de 5 a 6 anos, resultou de uma concepção impressa no plano de que a educação pré-escolar era uma medida indispensável para que as crianças das camadas populares tivessem reduzidas as suas desvantagens em face da então chamada escola de 1º grau. Naquele momento, a previsão era a da incorporação de quinhentas mil crianças de 5 e 6 anos na rede pública estadual.

Cunha (1991) destaca que, naquele período havia turmas de pré-escolar nas Casas da Criança e também nos prédios dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública).

As Casas da Criança foram uma proposta idealizada para serem implantadas em regiões pobres, como por exemplo, a Baixada Fluminense e, receberem crianças de cinco a seis anos por um período de cinco horas diárias num espaço de 100 a 150m² de área construída e espaços livres construídas nos terrenos das escolas públicas já existentes ou em espaços cedidos pela comunidade.

No que se refere ao município de que trata esse trabalho, essa proposta foi implantada, implementada e se manteve em funcionamento sob a gestão estadual até o ano 2009 quando foram municipalizadas. E segundo o relato das entrevistadas, na gestão municipal pretende-se manter o mesmo atendimento.

> *(...) as Casas da Criança só trabalham com a pré-escola, 04 e 05 anos, quer dizer, as agrupadas IV e V.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

> *Não é creche. Horário integral.*
>
> (Entrevistada III. Entrevista A, 2009)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Mas já estão inseridas na Educação Infantil.
*(*Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

Durante a entrevista A, foi possível perceber que a recente municipalização das Casas da Criança parece ser uma questão que inquietava as entrevistadas. Essas instituições foram tratadas como algo externo, nas quais as mesmas não se incluíam como, por exemplo, quando ao referir-se às Casas da criança, a entrevistada fala: "municipalizaram" ou "mas já estão inseridas na Educação Infantil".

Todavia, em outro momento, ao voltar a falar dessas instituições, a localização e a criminalidade existente nesses locais foi apontado como motivo de preocupação para as entrevistadas:

> *... a gente tem que ficar atento, porque como a demanda é maior, é preciso saber aonde tem mais necessidade, aonde fecha a escola por causa da criminalidade e outras coisas. Por exemplo, (cita o bairro onde funciona uma das instituições) é uma parte difícil da comunidade. Tem creche longe, (cita outras), são coisas que estão longe da gente. E os nossos olhos enquanto setor, quantos somos? Somos poucos para tanta gente. Eu acho que tudo isso tem que ser repensado.*
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

Apesar das dificuldades apontadas, a municipalização das Casas da Criança é entendida pela equipe como uma conquista na ampliação do atendimento à Educação Infantil no município.

4.1.3.

"Eles não entendiam o que eram as agrupadas. Como se agrupava": as conveniadas

> Eles não têm o amparo legal, o suporte que necessitam, mas tem um trabalho tão rico. Eu até choro (emocionada). Porque gente, como eles conseguem? Olha a importância dessa gente.
> Entrevistada II. Entrevista A, 2009

Historicamente constituídas pela ausência de atuação do poder público no efetivo exercício de suas responsabilidades e pela mobilização de, em grande parte mulheres (ricas e pobres), em diferentes momentos da história, as instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais vêm nas três últimas décadas representando uma alternativa entre as estratégias empregadas na busca pela garantia dos direitos da criança e do adolescente. Essas instituições não

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

governamentais têm importante papel na oferta de serviços essenciais a população, principalmente, na Educação Infantil.

As creches e pré-escolas comunitárias e beneficentes são instituições que têm seu marco histórico na década de 70 em decorrência do arrocho salarial imposto pela ditadura militar que levou milhares de mulheres a ingressarem no mercado de trabalho a fim de complementar o sustento familiar e do movimento feminista. Assim, a partir de movimentos organizados por mulheres e de trabalho voluntário foi se expandindo a iniciativa popular até que, nos anos 80 o poder público passa a oferecê-los condições materiais através de convênios.

Tiriba (2002), a partir das discussões realizadas pelos diversos integrantes do fórum de Educação Infantil do Rio de Janeiro apresenta algumas reflexões sobre os acertos e equívocos das políticas de parceria no campo da Educação Infantil e aponta para o descompasso entre as definições legais e as políticas de financiamento da década de 90, como o motivo que levou os governos municipais comprometidos com a expansão e a qualidade a implementar políticas alternativas de atendimento como, por exemplo, as parcerias com instituições de natureza comunitária e filantrópica.

O FUNDEF devido às restrições a uma determinada etapa da Educação Básica no financiamento foi um estimulador de políticas de parceria com instituições que atendiam à crianças na faixa etária de 0 a 6 anos que nem sempre eram coerentes e nem respeitavam os critérios de qualidade para o serviço prestado à criança pequena (Tiriba, 2002).

Com a aprovação do FUNDEB, em 2006, que incluiu todas as etapas da Educação Básica, abriram-se novos caminhos para a ampliação do atendimento a crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas e entre eles, figura um novo modelo de parcerias e convênios.

O convênio é uma estratégia presente em muitos municípios com o objetivo de garantir a oferta da Educação Infantil e cumprir as metas de ampliação dessa etapa. Tal estratégia pressupõe a existência de interesses comuns entre as duas partes, poder público e instituição, e assim prestam mútua colaboração para atingir seus objetivos.

De acordo com o documento *Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de Educação Infantil, publicado pelo MEC em 2009,

> (...) mesmo estando claro que a obrigação do Estado com a Educação Infantil deve ser efetivada pela expansão da rede pública, o convênio entre o poder público e instituições educacionais sem fins lucrativos foi e é uma realidade que assegura, na maioria dos municípios, o atendimento a um número significativo de crianças, em geral, da população pobre e vulnerabilizada. Em decorrência da luta dos movimentos sociais, as matrículas da Educação Infantil, informadas no Censo Escolar como conveniadas com o poder público, foram incluídas no Fundeb (p.07).

Como já vimos anteriormente, o Decreto nº. 2630, de 10 de julho de 2009 definiu normas e diretrizes para o credenciamento de instituições de Educação Infantil comunitárias, confessionais e filantrópicas junto à Prefeitura Municipal de Belo Rio para fins de celebração de convênio

Durante a entrevista A, ao perguntarmos sobre a forma como o convênio vem se consolidando no município as entrevistadas demonstraram hesitação e afirmaram que existem vários modelos que vão desde *cessão materiais e alimentação até a cessão de profissionais, professor.*

Contudo, apesar de já ter um documento elaborado e aprovado, foi informado pelas entrevistadas que os dados relativos ao convênio ainda não constam no Censo Escolar[31].

Cabe destacar, porém que os dados do Censo Escolar são utilizados pelo MEC para implementação de programas federais. Assim sendo, quando o município não os informa, ele inviabiliza as ações governamentais.

Ainda em relação a essa questão, de acordo com o art. 3° do Decreto 6.253, de 2007, a transferência de recursos referentes às matrículas em instituições conveniadas é realizada para os Estados, Distrito Federal e Municípios com base no número de alunos dos segmentos de creche, pré-escola e educação especial informadas no último Censo Escolar.

Não obstante, na fala das entrevistadas podemos constatar que os convênios estão em processo e que há um esforço da equipe em fortalecer a relação entre as instituições conveniadas e a secretaria. Nesse sentido, essa relação tem sido intermediada pela equipe em reuniões com um colegiado composto por profissionais das instituições, geralmente, o diretor, um funcionário administrativo e o orientador pedagógico.

[31] O Censo Escolar é um levantamento realizado anualmente através da coleta dados sobre a Educação Básica nacional que servem de base para a formulação das políticas e para a distribuição de recursos públicos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

> *E, então, uma vez por mês, nós temos uma reunião de colegiado que é para gente mostrar para eles como a gente funciona. Eles não entendiam o que eram as agrupadas. Como se agrupava*
> . (Entrevistada I. Entrevista A, 2009)

No relato das entrevistadas é possível constatar que esses encontros têm sido uma oportunidade de aprendizagem, de conhecimento mútuo.

> *Nesse colegiado a gente também aprende muito, principalmente a lidar com essa área carente. A gente é uma área carente, mas eles são o dobro dessa carência porque eles se doam muito e essa doação a gente não está acostumado, então a gente aprende muito*.
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

Todavia, o art. 13 do referido decreto estabelece que o cômputo do FUNDEB admitirá somente até 2010, as matrículas de crianças de zero a seis anos em instituições conveniadas com o poder público, desde que cadastradas no Censo de 2006. E, considerando os relatos das entrevistadas há um desconhecimento dessa condição.

A questão do cadastro no censo remete à questão do repasse de verbas. E nesse sentido, Tiriba (2002) aponta que a efetivação de parcerias solidárias, de fato comprometidas com a democratização do acesso e com a qualidade do cotidiano, deve considerar o valor e à regularidade dos recursos a serem repassados às instituições conveniadas, *pois no mundo do capital, não há pedagogia que resista às penúrias materiais que a sua falta extrema gera*.

Em relação aos valores do repasse de verbas para as instituições conveniadas, no Decreto municipal nº. 2630, na cláusula que trata das competências do município, a parte designada ao valor do repasse está em aberto, não preenchida e, na linha seguinte está indicado que para a definição dos valores a tabela do FUNDEB deveria ser consultada.

Nesse sentido, o documento O*rientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de Educação Infantil* (MEC, 2009) informa que a lei 11.494, de 2007 (art.36, § 2) diferencia a distribuição dos recursos por etapas, modalidades, tipos de estabelecimento e jornada em tempo integral ou parcial. Consta ainda no documento que, para a Educação Infantil, os fatores de ponderação fixados para 2009 são: I - creche em tempo integral: a) pública: 1,10; b) conveniada: 0,95; II - pré-escola em tempo integral: 1,20; III -

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

creche em tempo parcial: a) pública: 0,80; b) conveniada: 0,80; IV - pré-escola em tempo parcial: 1,00[32].

Alheia a indefinição da situação dos convênios, para a equipe as instituições conveniadas representam um importante vetor na ampliação do atendimento à Educação Infantil e deve ser acompanhada da preocupação com os investimentos.

> *O atendimento ainda é insuficiente. Mas conseguimos aumentar bastante o número do atendimento contando com as creches comunitárias, mas a gente sabe que o assessoramento que elas estão recebendo ainda é insuficiente e, também tem todas as outras questões, financeiras, físicas, pedagógicas.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

De acordo com o questionário, no momento de realização da primeira entrevista, o município mantinha parceria com trinta e quatro instituições e deste conjunto: 05 instituições contavam com cessão de professores e 31 com fornecimento de material pedagógico, merenda e capacitação de pessoal.

A maioria delas oferecia atendimento à creche (0 a 3 anos), em horário parcial. E a expectativa da equipe era de que, em 2010 houvesse um aumento na oferta de horário integral. De acordo com a entrevistada foi combinado com essas instituições *que no próximo ano, todas possam atender. Tenham estrutura para atender de 0 a 3 em horário integral e fazer o horário parcial para a agrupada 4 e 5. Esta é a proposta, para começar no próximo ano* (Entrevistada II. Entrevista A, 2009).

Para o fortalecimento dos convênios, a questão da documentação é apontada pela equipe como um importante aspecto que tem sido acompanhado.

> *Nós temos também toda assistência pedagógica*.
>
> (Entrevistada I. Entrevista A, 2009)

> *Assistência Pedagógica e também a parte administrativa, porque eles têm que ter documentação. Para entrar no convênio eles precisam dessa documentação. Então, esse colegiado é justamente pra isso. Para dar amparo, suporte e até pra que eles se sintam seguros, porque a gente chega com uma idéia e na hora eles levam um susto. Mas agora a gente já*

[32] O fator 1,00 equivale ao valor aluno/ano matriculado nas séries iniciais do Ensino Fundamental urbano (segmento mais expressivo, em quantitativo de alunos da Educação Básica). Portanto, o fator 1,10 para a creche pública em tempo integral significa que o valor por aluno/ano matriculado na creche pública de tempo integral é 10% superior ao valor do aluno matriculado nas séries iniciais do Ensino Fundamental urbano. Já o fator 0,95 para a creche conveniada em tempo integral significa que o valor aluno/ano matriculado em creche conveniada em tempo integral é equivalente a 95% do valor por aluno/ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental urbano. E assim por diante, de forma que todos os segmentos encontram-se relacionados ao fator base 1,00.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

> *conquistou e é assim, muito bonita a conquista. Tudo devagarzinho. É muito legal.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

A fala da entrevistada II revela a mobilização da equipe a favor da parceria que, não se restringe a área pedagógica, pois há um trabalho de conscientização, a fim de que as instituições não percam a característica da filantropia e, ainda que se consolide uma relação de confiança entre ambos.

Outro aspecto identificado nas entrevistas foi a integração das instituições conveniadas em todas as ações de formação, capacitação e reunião destinadas à Educação Infantil municipal.

> *Tudo o que a gente faz, eles participam, mas o que a gente pretende é que eles não percam a característica, porque eles não podem perder a característica de filantrópico. Não pode. Mas que eles conheçam a nossa proposta e consigam se adaptar a ela, dentro da medida do possível*.
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

Nesse sentido, considerando o depoimento da entrevistada II, o município cumpre o proposto no documento das orientações sobre convênios quando sugere que a atuação do poder público não se limite ao repasse de recursos, mas que envolva permanente supervisão, formação continuada, assessoria técnica e pedagógica das instituições conveniadas.

Essas ações são uma significativa expressão do compromisso do poder público municipal com a qualidade do atendimento às crianças e às famílias.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

4.1.4.

"Porque a quatro e a cinco, as escolas têm estrutura para receber e as outras três agrupadas que seriam a um, a dois e a três, não têm": as turmas de pré-escola nos espaços do Ensino Fundamental

> Olha, em minha opinião, é uma medida emergencial. Não é e não seria adequada porque a gente ainda não dá conta de fazer o assessoramento, a demanda é muito grande e o setor não tem profissionais que dêem conta de estarem visitando todos esses espaços de Educação Infantil. Então a gente teme que as crianças que estão em espaços do Ensino Fundamental sejam escolarizadas. Então, em minha opinião é uma solução, mas eu temo a escolarização dessas crianças.
>
> Entrevistada V. Entrevista V, 2010

Espaço, estrutura, creche, escola, são imperativos na ânsia pelo atendimento à demanda e na preocupação de cumprir metas estabelecidas. Nessa perspectiva, o

município vem investindo estrategicamente, conforme visto anteriormente, em larga escala (41%) na implantação de turmas de Educação Infantil, especificamente das agrupadas IV e V (4 e 5 anos) em escolas de Ensino Fundamental.

Essa alternativa, no entanto, vem sendo empregada por muitos municípios como estratégia de ampliação do atendimento a essa faixa etária. E com a recente aprovação da Emenda 59/2009 tende a continuar a crescer.

Segundo os dados da pesquisa institucional, hoje em todo o Estado do Rio de Janeiro, num universo de 59 municípios que participaram da pesquisa 62,3% do atendimento à Educação Infantil acontece em instituições de Ensino Fundamental que tem Educação Infantil com 46% do número de turmas e 48% do número de crianças atendidas.

Contudo, essa estratégia, não é nova. Em instituições privadas ocorre com muita freqüência e, na história da Educação Infantil no Rio de Janeiro, no período entre as décadas de 50 e 60 já era uma proposta assinalada por Heloísa Marinho (1966) na terceira edição de *Vida e Educação no Jardim de Infância,* livro que, originalmente, foi escrito como um guia da Secretaria de Educação e Cultura do então chamado Estado da Guanabara.

No capítulo "Vida e Educação", Heloísa Marinho expõe um planejamento para a educação pré-primária do Estado da Guanabara e começa dizendo que não adiantava sobrecarregar de crianças os poucos Jardins de Infância públicos existentes na ocasião. E enfatiza que não se tratava apenas da sobrevivência mas da necessidade de Educação. E, sugere a organização flexível de Jardins de Infância anexos às Escolas Primárias e aponta as fragilidades dessa política naquele momento.

> (...) as turmas pré-escolares anexas têm sua existência constantemente ameaçada. Quando a matrícula de crianças em idade escolar excede o número de vagas, elimina-se o Jardim, para dar lugar a turma do Primário. O Estado não pode deixar uma criança de sete anos analfabeta para atender outra em idade pré-escolar. No entanto, o ambiente e os materiais do Jardim de Infância são igualmente favoráveis ao aluno que inicia a vida escolar na Escola Primária. Em casos de emergência, poderia a professora especializada em educação pré-escolar, atender a crianças de sete anos em ambiente apropriado à iniciação escolar. A rigidez formal não beneficia ninguém. Por outro lado, no caso de haver sobra de vagas, depois da matrícula para a Escola Primária, poder-se-ia reorganizar a turma anexa do Jardim de Infância, sem desperdiçar esforços nem materiais. A louvável iniciativa de construir grande número de escolas Primárias talvez torne possível organizar maior número de Jardins anexos. (Marinho, 1966. Apud Leite Filho, 2008.).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Décadas após a proposta de Heloisa Marinho, a situação é diferente. Segundo as entrevistadas, no município de Belo Rio, a seleção dos espaços de Ensino Fundamental que receberão as agrupadas IV e V passa pelo critério da existência de espaços ociosos nas instituições, sendo assim, pressupõe-se que não é necessário desalojar crianças do Ensino Fundamental para a implantação das turmas de Educação Infantil. Contudo, a proposta da educadora era de que fossem construídos espaços anexos, considerando as especificidades da faixa etária.

A situação atual da implantação de turmas de Educação Infantil em espaços do Ensino Fundamental é uma tendência que pode ser explicada pela relação custo/benefício não só em relação à infra-estrutura mas também em relação ao número de profissionais envolvidos.

De acordo com a tabela 14, nas instituições que têm creche e pré-escola estão concentrados 32,1% dos docentes e 41,1% dos auxiliares enquanto que, nas instituições de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil esse percentual é de 34,3% dos docentes e 7,7% dos auxiliares. Assim, investir nessa modalidade é visivelmente mais lucrativo.

Tabela 14- Percentual de estabelecimentos, de turmas, de alunos, de docentes e de auxiliares de Educação Infantil nos municípios participantes da pesquisa, segundo a modalidade de ensino – 2009

Instituições		Porcentagem (%)				
		Estabelecimentos	Turmas de EI	Crianças na EI	Docentes na EI	Auxiliares na EI
De Educação Infantil	Só Creche	16,2	20,7	20,4	16,4	47,4
	Só Pré-escola	5,4	11,1	11,2	17,2	3,8
	Creche e Pré-escola	16,1	21,6	20,4	32,1	41,1
De Ensino Fundamental que têm Educação Infantil		62,3	46,7	48,0	34,3	7,7
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Micro Dados. Pesquisa Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: Concepções e Ações, PUC-Rio, 2009.

Essa estratégia vem se consolidando no país como alternativa para ao atendimento à pré-escola, como podemos constatar em recente documento publicado pelo MEC/SEB. De acordo com o documento Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica **-** Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas para a Educação Infantil (2009),

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

> Muitos municípios utilizam o espaço físico de escolas de Ensino Fundamental para ampliar turmas de pré-escolas (crianças de quatro a seis anos). Entretanto, é importante ressaltar que essa alternativa exige que a proposta pedagógica contemple as especificidades da faixa etária e que o espaço físico esteja adequado para o desenvolvimento do trabalho pedagógico da Educação Infantil. (MEC/SEB, 2009, p.26)

Quanto ao município de Belo Rio, sabemos que nos últimos quatro anos, a Educação Infantil municipal vem passando por importantes mudanças: até 2005 as crianças de 4 e 5 anos eram atendidas apenas nas creches; em 2006 foram implantadas turmas de pré-escola em escolas de Ensino Fundamental e em 2009 iniciou-se um processo de conveniamento de instituições filantrópicas e comunitárias e ainda foram municipalizadas 03 Casas da Criança.

Tais mudanças, embora contemplem diretamente as agrupadas IV e V, acabam por favorecer também às agrupadas I, II e III devido à saída das crianças maiores dos espaços de creche abrindo assim, possibilidade de vagas para essa faixa etária.

E, no que se refere à implantação das agrupadas IV e V nas escolas de Ensino Fundamental foi iniciada no município no ano 2006 e segundo a entrevistada V, esse processo foi permeado por encontros entre *os profissionais das creches que atuavam com pré-escola e os profissionais das escolas (professores, estimuladores e especialistas) que estavam atendendo turmas de Educação Infantil para uma assessoria,* na própria Secretaria de Educação.

Tais encontros tinham o objetivo de orientar as equipes quanto as especificidades do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Tendo em vista que era *uma turma de Educação Infantil que está dentro de uma escola de Ensino Fundamental. E a preocupação de não escolarizar essas crianças foi um trabalho assim bem difícil porque a partir do momento em que a criança entra na escola todo mundo acha que ela tem que aprender a ler e a escrever. Eles previam a pré-escola como uma preparação para a alfabetização* (Entrevistada V. Entrevista B, 2010).

Hoje, a instalação das agrupadas IV e V nas escolas de Ensino Fundamental é vista com entusiasmo e expectativa pela equipe. *Esse ano são 19 e ano que vem vão ser 21 de 4 e 5 anos. Estamos fazendo assim, uma mobilização, uma conscientização bem grande* (Entrevistada II. Entrevista A, 2009).

Assim, a equipe está mobilizada e há uma movimentação no sentido selecionar outras escolas para ampliar a oferta nesses espaços.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

> *A gente está muito feliz. Porque a gente estava até fazendo um levantamento essa semana, nós fechamos ontem. Levantamento de mobiliário. Então a gente cresceu tanto que se espantou quando viu o número. Porque a gente precisa dar suporte a essas escolas.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

Nessa perspectiva, no momento da entrevista A, havia uma expectativa em relação a um evento que estava sendo organizado pela equipe para todas as escolas do município. Neste evento, a diretora de uma das escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil foi convidada para falar aos seus pares com o objetivo de mobilizar outros diretores do Ensino Fundamental para a criação de turmas de Educação Infantil.

> *Então ela vai fazer um boom. Eu espero que os outros diretores se sintam seduzidos porque, na verdade, o que a gente quer é uma sedução. Que vibrem muito com a gente, com essa Educação Infantil.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

A adesão de novas escolas, no entanto, é vista como objeto de preocupação da equipe e segundo a entrevistada II para a criação das turmas é necessário um planejamento anterior.

> *A gente está procurando as escolas que tem já um espaço. A gente também não pode estar tirando as crianças de 6 e 7 anos da escola. Então quando um diretor chega pra gente e fala "olha eu quero, mas eu não tenho como" a gente deixa em "stand by" até ver com quem a gente pode entrar em contato, com a secretaria de obra ou com outro órgão, para estar fazendo os chamados "puxadinhos", que não são os adequados, mas são a alternativa que se tem no momento. A gente também tem feito alguns anexos, as escolas que tem prédios próximos, a prefeitura está tentando alugar ou comprar para fazer um anexo.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

Nessa fala se imprime a preocupação da equipe em garantir o acesso a todos e o reconhecimento de que as estratégias de ampliação utilizadas nem sempre são as ideais, porém, são as possíveis naquele momento. Todavia, foi possível perceber o comprometimento com o bem estar das crianças e o direito a uma Educação Infantil de qualidade.

> *Algumas agrupadas quatro estão indo para as escolas para a gente atender mais essa faixa etária. Vai ser também uma experiência que vai ser feita. Por quê? Porque a quatro e a cinco, as escolas tem estrutura pra receber e essas três*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

> *agrupadas que seriam a um, a dois e a três, não tem. Então seria uma creche que teria estrutura pra receber. Então, a gente está tentando, fazendo para ver como vai funcionar, tendo acompanhamento também. A gente não está tirando daqui, jogando na escola e abandonando*.
>
> (Entrevistada I. Entrevista A, 2009)

4.2.

"Tem a escola que é o grande boom nosso. Ele (o CIEP) tem estrutura". A Educação Infantil nos espaços dos CIEPs

> É junto com o Ensino Fundamental, mas ela já tem tudo muito adaptadinho lá, porque como é CIEP, ela fez as salas, é tudo adaptado. Tem cozinha só pra eles. Então ele é o grande exemplo de como uma gestão consegue administra as duas etapas.
>
> Entrevistada II. Entrevista A, 2009

A escolha dos espaços de Ensino Fundamental para a instalação das agrupadas IV e V segue dois critérios: 1- a proximidade de uma creche. *Tinha que estar próximo a uma creche e, 2-* ter disponibilidade de salas. *Num primeiro momento, com a lei, nós tínhamos a obrigatoriedade de atender as crianças que estavam indo para o Ensino Fundamental de 6 anos e também começar a dar conta das crianças 4 e 5 anos. Então foram utilizados esses dois critérios* (Entrevistada V. Entrevista B, 2010).

Segundo a entrevistada após a seleção dos espaços *é feita a* adequação do mobiliário e são fornecidos os materiais para o trabalho com as crianças, como por exemplo, jogos, livros de literatura e brinquedos.

> *Quando o material era entregue na escola, nós tentávamos deixar claro que a prioridade era das crianças de 4 e 5 anos, não que as outras crianças não pudessem usar o material, crianças de 6 e 7 anos. Mas, a prioridade era que o material fosse deles.*
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

Contudo, para a equipe o ideal seria a construção dos espaços para a Educação Infantil, *mas a gente não tem expectativas por causa de questões que não só envolve a secretária de educação, mas toda uma questão política governamental. Então o que a gente está tentando, é adaptar os espaços das escolas para atender as crianças de 4 e 5 anos*. (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Em relação à adequação do trabalho pedagógico desenvolvido com essas agrupadas além da oferta de materiais lúdicos há também a preocupação de preparar o professor para utilizá-los.

> *A gente está investindo no material didático, escolhendo investindo livros, investindo em brinquedos, na compra, eu solicitei uma compra de material didático para sala de aula, para desenvolver.E quem olhar tudo no ano que vem, vai falar: poxa, a minha escola/creche está igual a uma escola de Zona Sul, uma escola que as crianças merecem. Porque eles não têm muito isso. Você entra nas salas não tem jogos didáticos. E, também, junto com os jogos a gente vai dar o como os professores trabalharem com esses jogos, porque não adianta a gente colocar lá e o professor não saber trabalhar.*
>
> (Entrevistada I. Entrevista A, 2009)

Quanto à estrutura, essa estratégia tem se consolidado com intensidade tem nos prédios dos CIEPs municipalizados como referência nesse atendimento.

> *É junto com o Ensino Fundamental, mas ele já tem tudo muito adaptadinho lá, porque como é CIEP, ela (a diretora) fez as salas. É tudo adaptado. Tem cozinha só pra eles. Então ele é o grande exemplo de como uma gestão consegue administrar.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

> *E é um CIEP que no ano que vem vai atender 11 turmas.*
>
> (Entrevistada III. Entrevista A, 2009)

A pretensão da equipe é garantir que todos os CIEPs, considerados como espaços ideais para o acolhimento das agrupadas IV e V, tenham turmas de Educação Infantil.

Os CIEPS (Centros Integrados de Educação Pública) são instituições escolares que possuem uma estrutura física diferenciada e derivam do mesmo projeto educacional das Casas da Criança.

Segundo Cavaliéri[33],

> Durante os anos 80 e 90, foram criadas no Rio de Janeiro, no decorrer de duas gestões estaduais (83/86 e 91/94), um conjunto de escolas públicas de tempo integral, os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), com concepção administrativa e pedagógica próprias, que pretendiam, segundo seu projeto original, promover um salto de qualidade na educação fundamental do estado. Ao longo dessas gestões foram construídos 506 CIEPs em todo o Estado. Criaram-se estruturas extraordinárias, sob a forma de *1º e 2º Programa Especial de Educação* (**1ºPEE e 2º PEE**), visando implantar e gerir as novas escolas. Os

[33] CAVALIÉRI, Ana Maria Villela. Memória das escolas de tempo integral do Rio de Janeiro. (CIEPs): documentos e protagonistas. Disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/017_ana_maria_vilella.pdf. Acesso em 19/10/2010

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

> dois governos que sucederam as referidas gestões interromperam os programas em curso, tendo sido a maior parte dessas escolas, nesses dois momentos, descaracterizadas em relação a sua proposta original.

Construído prioritariamente em áreas pobres, os prédios dos CIEPS foram projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer e são construções em concreto, com estrutura pré-fabricada com uma capacidade máxima instantânea de 600 alunos. Cunha (1991, p.142) descreve o projeto original no qual cada prédio seria constituído por três blocos: o primeiro, com três andares, comportariam 24 salas de aula, um centro médico, cozinha e refeitório além das áreas de apoio e recreação; o segundo, um ginásio coberto, com quadra esportiva polivalente, arquibancada e vestiários e no terceiro bloco estaria a biblioteca e sobre ela, a moradia de alunos residentes.

Contudo, de acordo com Cunha (1991) os altos investimentos que a proposta exigia, o caráter assistencialista, monumentalista e eleitoreiro dos prédios, a acusação de dualismo na rede pública de ensino por parte do movimento de professores e a impossibilidade de se realizar a proposta pedagógica pretendida, culminou no fracasso do projeto.

Esse projeto propôs uma experiência de escolarização em tempo integral desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro a partir de 1985 e segundo um de seus idealizadores, Darcy Ribeiro (1986),

> No cotidiano dos CIEPs não é mais possível pensar em educação como um momento pré-fixado na vida de cada pessoa: é necessário admití-la como um processo dinâmico que acompanha os indivíduos por toda a vida, sendo impossível concebê-la dissociada de seu contexto cultural (p. 25).

Com o fracasso da proposta sob responsabilidade do governo estadual, Cavaliéri aponta o ano de 1986 como o período em que se iniciam as transferências desses centros para a gestão municipal no Rio de Janeiro, e pontua a opção do governo municipal, apesar de algumas flexibilizações, pela continuidade de vigência do turno integral.

A municipalização dos prédios dos CIEPs é uma realidade em Belo Rio, porém de acordo com os dados do questionário somente as creches atendem em horário integral. Nesse sentido, apesar de funcionarem nestes espaços, as agrupadas IV e V são atendidas em horário parcial.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

4.3.

"São os meus bebês": a concepção de criança, infância e Educação Infantil

A nossa Educação Infantil tem muito a ver com esse IDEB alto.

Entrevistada II. Entrevista A, 2009

Para compreender a política municipal de Educação Infantil consideramos necessário compreender a concepção de criança, infância e Educação Infantil impressa nos discursos e ações tendo em vista que, na elaboração de políticas essa concepção será determinante no direcionamento das ações propostas.

Diante do exposto até aqui, é possível perceber que a equipe da secretaria que atua junto a Educação Infantil municipal tem construído o seu trabalho numa perspectiva de respeito às crianças nas suas singularidades. Segundo declarou a entrevistada *o desejo do setor é que a criança seja trabalhada como criança. O brincar pelo prazer de brincar e o brincar para aprender.*

Imbuída desse olhar, ela destaca a mobilização da equipe na proposta de formação continuada dos professores através das *assessorias em serviço que,*

> *... traz o professor para perto da gente, para falar um pouquinho mais da proposta, para ver como está o trabalho dentro da escola, dentro da creche. O que esse professor está fazendo. Quais são as dificuldades dele. Qual a resistência que ele está encontrando na família em relação à nossa proposta de trabalho.*
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

Contudo algumas dificuldades são apontadas.

> *A gente não dá conta ainda de atender toda a demanda.É um trabalho de formiguinha. Você precisa convencer esse profissional que está atuando na Educação Infantil de que é um trabalho diferenciado. Eu sei que nós temos dentro da Educação Infantil hoje em dia, professores contratados e que a contratação não passa pelo setor. A gente vê esse professor sem perfil para a Educação Infantil ou não, então a gente tem pensado em trazer esse professor para mais perto da gente.*
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

Contudo, no decorrer da entrevista, procuramos refinar nossa escuta e olhar a fim de captar as situações e falas que vão delineando a concepção de infância e de Educação Infantil não apenas da equipe, mas de toda a rede municipal de ensino.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Nessa perspectiva podemos destacar para uma situação ocorrida durante a entrevista A, quando fomos interrompidas pela diretora do Ensino Fundamental que havia sido mencionada anteriormente por ter sido convidada pela equipe para falar no evento que estava sendo organizado, da experiência de receber turmas de Educação Infantil em sua escola.

Assim que adentrou a sala, a diretora foi convidada por uma das entrevistadas a relatar para nós, pesquisadoras, o conteúdo de sua fala no evento.

> *Eu quero falar daquela coisa gostosa que tenho lá e que eu não quero perder, que são os meus bebês.* (Diretora)

As crianças de quatro e cinco anos são chamadas de "bebês". Essa fala nos remete a concepção de infância enquanto essência infantil, ser frágil, inacabado, recém-nascido, biológico e ao sentimento de "paparicação" apontado por Ariés (1978).

Porém, logo em seguida a diretora destaca a importância da presença dos "bebês" em sua escola e atribui a eles a responsabilidade pela elevação dos índices de aprovação no segundo ano de escolaridade.

> *Então, eu tenho o índice de como aumentou a aprovação no segundo ano de escolaridade depois que eu passei a ter a Educação Infantil dentro da escola, que foi a partir de 2006 (...).*
> *Eu fiquei em 6º lugar do IDEB aqui no simulado; a expectativa do governo em 2007 era a de que eu chegasse a 3.6 e eu já cheguei a 3.8 e, agora em 2009 eu quero chegar a 4.0 no meu IDEB.*
>
> (Diretora)

Segundo Choi (apud Nunes e Corsino, 2009) diferentes pesquisas têm revelado que a Educação Infantil traz benefícios pessoais, educacionais e econômicos para a criança. Num momento, em que o município que é um dos "prioritários" nas metas de elevação do IDEB no PDE, a fala da diretora emociona a equipe, que comemora.

> *É a nossa Educação Infantil, a continuidade.*
>
> (Entrevistada I. Entrevista A, 2009)

> *A Educação Infantil tem muito a ver com isso. A nossa Educação Infantil tem muito a ver com esse IDEB alto.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

> *É a sementinha. È a nossa sementinha.*
>
> (Entrevistada III. Entrevista A, 2009)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

O reconhecimento da importância da Educação Infantil no crescimento da escola no IDEB por parte da gestora é resultado do compromisso da equipe com o trabalho desenvolvido nas diversas instituições. .

> *Eu acredito numa Educação Infantil que desenvolva a criança como um todo. Mas, a gente vive numa sociedade em que a criança entra num espaço escolar independente de ser fundamental ou espaço creche, e a própria família exige da escola e da creche uma escolarização. O meu desejo seria que a nossa proposta curricular fosse implementada em todos os espaços de Educação Infantil, desde as nossas creches que atendem crianças de seis meses à cinco anos, onde a gente consegue garantir mais esse trabalho como nas escolas que estão atendendo as crianças de 4 e 5 anos. Esse seria o meu desejo e acredito que seria o ideal, que a criança bem trabalhada, bem direcionada, bem desenvolvida no todo, numa leitura de mundo de corpo inteiro como diz Paulo Freire. Quando ela chegar lá no Ensino Fundamental independente da metodologia, tipo de trabalho que vai acontecer, ela vai dar conta, ela vai se adaptar. Agora, se desde pequeninho a gente já começa escolarizar essa criança quando chegar lá no fundamental ela já vai estar cansada. Ela perdeu parte da infância deixando de fazer coisas de criança.*
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

A Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica precisa ser compreendida enquanto espaço de contribuição para a auto-formação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e de aprendizagem de como se tornar cidadão. (Morin, 2002, p.65).

> *Falar da Educação Infantil, a gente vai falando aos pouquinhos. A sociedade ainda vê muito a creche como espaço só do cuidar e escolarizar. Entrou na escola e tem quatro anos, tem que aprender a ler. Então a gente tem um trabalho de formiguinha. Mostrar que a Educação Infantil não é um espaço de escolarizar, é um espaço de aprender brincando, aprender com prazer.*
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

4.4.

"Faz um concurso e o que sobra é o que vai pra Educação Infantil": a seleção e formação dos profissionais

> O que sobra... faz um concurso e o que sobra é o que vai pra Educação Infantil. Enquanto setor a gente não quer isso. A gente quer um profissional que goste, que abrace,... Eu acho que o primeiro requisito seria a experiência.
>
> Entrevistada II. Entrevista A, 2009

A questão da formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil tem sido objeto de estudo e tema de calorosos debates em todo território nacional

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

a ponto de ser instituído pelo MEC um programa de formação à distância – o Proinfantil - destinado exclusivamente a profissionais que atuavam em creches e pré-escolas sem contar com a formação mínima admitida na legislação – Ensino Médio na modalidade Normal.

O município aderiu ao programa, que está em funcionamento e é entendido como proposta de formação dos profissionais.

> *O Proinfantil funciona e atende aos profissionais que trabalham nas creches, tanto as comunitárias, porque as comunitárias participam também, quanto as nossas creches regulares. E aí tem, participando, as estimuladoras que no caso, é a grande demanda. Mas tem também o pessoal do serviço administrativo: tem merendeiras participando. Nós estamos atendendo a 64 cursistas inscritos no programa.*
>
> (Entrevistada IV. Entrevista A, 2009)

Em relação à seleção dos profissionais para atuar na Educação Infantil, aparentemente essa questão ainda não está definida no município apesar de a equipe já ter critérios definidos nesse sentido.

> *A gente fez uma proposta. Conversamos com o subsecretário que disse que iria conversar com o Secretário para que esse educador tenha a formação, um olhar. Porque a gente fica com medo. O que sobra... faz um concurso e que sobra é o que vai pra Educação Infantil. E enquanto setor a gente não quer isso. A gente quer um profissional que goste, que abrace.... Eu acho que o primeiro requisito seria a experiência.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

> *E também que fosse a opção profissional dele. Eu acho que também a qualificação.*
>
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

No que se refere à seleção dos profissionais para atuar em turmas Educação Infantil nas escolas de Ensino Fundamental, a direção das unidades foi orientada a procurar um professor que tivesse o perfil sugerido pela equipe ou que já tivesse experiência com a Educação Infantil. *Normalmente qual é a experiência que esse professor tinha? Era a experiência de escola particular. E a gente sabe que na escola particular, a maioria dessas escolas, há preocupação com a escolarização. Então nós pedimos um professor que tivesse perfil para trabalhar na Educação Infantil, mas que estivesse disposto a aceitar a nossa proposta.* (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

O trabalho com a formação continuada é priorizado pela equipe que vai direto na unidade e prioriza a reunião de grupos por localidade respeitando as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

singularidades. *A gente sempre trabalhou por localidade então, é isso que a gente pensa: juntar o grupo por subprefeitura. Aquela realidade é igual. Esse que eu achava que é o grande desafio, por localidades. Igual. Respeitando assuas individualidades. O grande boom é fazer com que essa unidade escolar, ela não perca as suas características (*Entrevistada II. Entrevistada A, 2009).

A formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil no município de Belo Rio é um tema que ainda precisa ser estudado em profundidade. E sua complexidade é apontada pela equipe como o maior desafio da Educação Infantil municipal.

4.5.

"Essa equipe parece um polvo": um breve perfil

> Essa equipe, eu até brinco um pouco quando eu falo com o secretário, parece um polvo, porque elas têm que estar aqui na secretaria também. Nós dividimos a equipe. Cada uma ficou com dez instituições.
>
> Entrevistada I. Entrevista A, 2009

Os dados quantitativos coletados no questionário foram adquirindo forma e movimento na fala das entrevistadas, integrantes da equipe de atendimento à Educação Infantil no município que como narradoras foram imprimindo suas marcas na história contada.

> (...) o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). (Benjamin 1995, p. 221).

Para Bakhtin (1988a), a palavra está sempre carregada de um conteúdo e um sentido ideológico e o discurso está impregnado de entrelinhas, pois "não são palavras que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis" (p.95). Nessa perspectiva, consideramos importante iniciar as entrevistas nos apresentando para em seguida, ouvir os nossos interlocutores a fim de situar os sujeitos com suas histórias e pontos de vista por trás dos discursos.

O preenchimento do questionário foi feito pela entrevistada II que ressaltou o envolvimento de toda a equipe e a importância do levantamento feito no questionário para o conhecimento da realidade da Educação Infantil no município.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

> *(...) vocês contribuíram com a gente, porque a gente realmente não tinha esses dados. Esses dados colocaram a gente para trabalhar, e quando a gente analisa e compara com os anos anteriores, vê que a gente realmente melhorou.*
> (Entrevistada II. Entrevista A, 2009)

A equipe, composta por um grupo de sete profissionais, sendo cinco assessoras e duas coordenadoras, é responsável:

1- pelo atendimento a gestores, pais e responsáveis: *Algumas as mães vem direto, porque conversou com um ou outro vizinho, então até mesmo foi na escola. A escola só atende mediante nosso encaminhamento.* (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)
2- por elaborar e implementar propostas de formação;
3- pelo registro e acompanhamento da oferta/procura de vagas;
4- pelo atendimento às solicitações do Ministério Público e Conselho Tutelar (fato presenciado por nós, durante a entrevista).
5- pela realização de visitas periódicas às instituições de Educação Infantil.
6- Assessorar pedagógica e administrativamente às instituições conveniadas.
7- E, ainda, uma parte do grupo atua no Proinfantil.

Na ocasião da entrevista, o município contava com um total de 66 instituições, sendo 10 creches, 03 casas da criança, 34 creches conveniadas e 19 escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil, e a equipe é responsável pelo acompanhamento e formação dos profissionais que nelas atuam. De acordo com uma das coordenadoras*: Eu até brinco um pouco quando eu falo com o secretário, parece um polvo, porque elas têm que estar aqui na secretaria também. Nós dividimos a equipe. Cada uma ficou com dez instituições*.

As múltiplas funções desenvolvidas pela equipe indicam a necessidade de aumento no número de profissionais, tendo em vista que, se a Educação Infantil no município está crescendo é necessário que a equipe cresça também. Porém, na fala das entrevistadas, a atuar no órgão gestor é entendido como oportunidade de crescimento profissional.

Ao final da primeira entrevista perguntamos o que seria uma conquista no atendimento à criança de 4 e 5 anos no município nos últimos dez anos, o próprio atendimento e a implantação das turmas de Educação Infantil nos espaços do Ensino Fundamental foram as respostas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

> *...porque a gente encontra muita resistência, é muito difícil conseguir conquistar o diretor para ceder o espaço para a Educação Infantil. Por mais que o diretor goste dos pequeninhos tem toda a questão, mas a gente vai colocar aonde? Como? Como vai ser o espaço? Dentro da realidade política que estamos vivendo hoje está muito complicado, então até para a gente conseguir uma sala que seja, em um turno, é difícil convencer o diretor. Então quando a gente consegue fazer essa sensibilização é uma conquista. E aos pouquinhos a gente vai conquistando mais um, mais um...*
>
> (Entrevistada V. Entrevista B, 2010)

De acordo com a ficha solicitada por nós a ser preenchida pelas profissionais:

- A entrevistada I é formada em pedagogia e, tem experiência na Educação Infantil da rede privada;

- A entrevistada II é professora da rede municipal e tutora do Proinfantil. Está na secretaria há três anos porém, até 2009 atuava em outro setor, sendo esse o seu primeiro ano na Educação Infantil;

- A entrevistada III é professora da rede há quinze anos e há cinco anos está na equipe da Educação Infantil na SEMED;

- A entrevistada IV, é professora da rede municipal há quinze anos e, no momento, coordena o Proinfantil;

- A entrevistada V, é professora da rede municipal há quinze anos e licenciada em psicologia. Atua na secretaria há sete anos, sendo que, nos dois primeiros anos atuou em outro serviço e há cinco anos integra a equipe de Educação Infantil e, atua como tutora do Proinfantil.

4.6

Política de Educação Infantil no município estudado

> Toda mudança tem as suas reações. Então, esse ano foi um ano de mudanças. Novas visões, novas pessoas, novas idéias.
>
> Entrevistada I. Entrevista A, 2009

A análise do questionário e entrevistas permitiu que alguns pontos fossem destacados:

- Das sete profissionais integrantes do serviço de atendimento a Educação Infantil apenas duas estão há mais de um ano neste, tendo em vista ser esse o primeiro ano da atual gestão no governo municipal e na secretaria.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

Consequentemente, há ruptura e descontinuidade com as propostas governamentais anteriores, fato constatado na pesquisa "Formação de Profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro" (Kramer et alii, 2001).

- É responsabilidade do SAEI o acompanhamento das turmas de Educação Infantil em escolas de Ensino Fundamental o que caracteriza um esforço para que, mesmo ocupando esse espaço, o trabalho pedagógico com as agrupadas IV e V não perca as características da Educação Infantil.

- Apesar de ocuparem o espaço da secretaria as equipes de atendimento às duas etapas da Educação Básica (Ensino Fundamental e Educação Infantil), parece não haver nenhum tipo de integração entre elas. No transcorrer da entrevista não foi mencionado nenhum tipo de integração com outros os serviços.

- A falta de informação e sistematização dos dados referentes à Educação no município indica desconhecimento por parte da secretaria e da equipe da situação da Educação Infantil e uma desorganização na dinâmica oferta/demanda.

- Segundo a equipe, os dados relativos às instituições conveniadas não constavam no Censo Escolar 2009. E que, em decorrência de o processo de conveniamento de instituições ainda estar acontecendo não foi possível informar o quantitativo de professores que atuam na Educação Infantil.

Impressiona, ainda, a maneira como, no ano 2009, o convênio foi se consolidando, visto que, apesar de as entrevistadas afirmarem que o burocrático estava sendo organizado, ainda durante a entrevista foi mencionado pelas entrevistadas que mais duas creches haviam surgido no final de semana e que ainda poderiam surgir outras, ou seja, haviam creches sendo conveniadas no penúltimo mês do ano letivo;

Contudo o trabalho desenvolvido pela equipe nos colegiados durante o processo de conveniamento das instituições é um espaço de diálogo entre as partes que tem promovido uma integração dos diferentes tipos de trabalho.

Cabe destacar ainda o envolvimento das instituições conveniadas em todas as ações de formação da rede municipal de ensino e o assessoramento da equipe no que se refere à documentação e a questão da formação dos profissionais destas.

- As demissões e admissões de profissionais contratados durante o ano, segundo as entrevistadas são empecilhos à continuidade do trabalho desenvolvido

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA

e se constituiu num retrocesso no processo de formação e uma perda para a efetivação da proposta pedagógica municipal.

- Foi informado pela entrevistada I que havia propostas de novas construções, reformas e ampliações para o ano 2010 e que o município estava construindo uma creche e foi beneficiário do programa Proinfância com a proposta de construção de 05 novas creches, porém, apenas três foram aprovadas.

- Outro aspecto que chamou a atenção foi o fato de, apesar de ser a equipe quem organiza a formação dos profissionais, nenhuma das assessoras citou ter algum tipo de formação em Educação Infantil e apenas uma delas informou ter experiência na Educação Infantil. Nesse sentido a atuação no Proinfantil representa uma oportunidade de formação tanto para os profissionais da equipe quanto para os demais professores da rede municipal de ensino.

- Apesar de ter como vizinhos grandes municípios da Região Metropolitana, não foi citada nenhum tipo de articulação com estes.

- Ao final da entrevista, uma das coordenadoras que estava em uma reunião fora do setor, chegou e nos foi apresentada. Após a apresentação ela nos entregou o seu cartão de visitas que cotinha seus dados e abaixo do seu nome a identificação de sua função (Coordenadora de Educação Infantil e creche).

No decorrer da entrevista havia ficado implícita uma questão que se caracteriza nesse cartão: Creche não é Educação Infantil nesse município?

Enfim, pode-se destacar que, apesar de estar num processo de ampliação, ainda que obscuro, o trabalho com a Educação Infantil no município ainda tem muitos caminhos a serem percorridos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913502/CA